

HISTÓRICO DA RSP

A Revista do Serviço Público no Pensamento
Administrativo Brasileiro (1937-1989)

Tania Margarete Mezzomo Keinert
José Carlos Vaz

Contexto de referência

Este estudo insere-se em um trabalho de pesquisa mais amplo, destinado a reconstituir o campo de conhecimento em administração pública no Brasil. O trabalho procura responder a algumas indagações: O que é administração pública no Brasil? É possível falar-se em disciplina? Quais seus paradigmas? Qual sua evolução ao longo do tempo? O que e como se escreveu a respeito? Quais suas tendências (1) ?

O objeto empírico desta pesquisa constitui-se na produção brasileira em administração pública - e eventuais obras estrangeiras importantes - expressa em periódicos, anais de congressos, obras e programas dos cursos de administração pública.

Na primeira fase da pesquisa foram analisados os artigos publicados na Revista de Administração Pública (RAP) desde sua fundação, em 1967, até nossos dias. Através deste estudo

A linha editorial da RSP assume diversas mudanças ao longo do tempo. Mas, em sua trajetória, observa-se duas tendências: ser uma revista oficial, por um lado, e também ser científica. No papel de precursora (é anterior ao próprio DASP), a RSP catalisou em torno de si pessoas interessadas em pensar (e repensar) a administração pública brasileira. Mesmo no período da ruptura (65 a 79). Nesse período, o tema reforma administrativa voltou a ser discutido - mas impregnado pelo discurso militar, essencialmente político, e destinado a legitimar a nova ordem.

foi possível constatar, preliminarmente, a emergência de um campo de conhecimento autônomo em administração pública (2).

Nesta fase da pesquisa procedemos a análise da Revista do Serviço Público (RSP), periódico que, somente pela sua longevidade (1937-1989) - a maior do gênero, no Brasil -, já garante sua importância. Não obstante, sua

participação na estruturação da administração pública e na formulação dos primórdios do pensamento administrativo brasileiro é fundamental (3).

Neste artigo nos propomos a fazer uma reconstituição histórica da trajetória da RSP, destacando as características por ela assumidas em cada período e o papel cumprido na evolução do campo de conhecimento em administração. A análise terá como base a classificação efetuada - locus e focus - cujos dados serão analisados preliminarmente (4).

A análise efetuada inspirou-se em trabalhos efetuados nos Estados Unidos por GOLEMBIEWSKI (1973/1977) e HENRY (1975); na América Latina por WARLICH (1978) e KLIKSBERG (1982/1992); e no Brasil por MEZZOMO KEINERT & LAPORTA (1994).

Baseando-se na metodologia proposta por GOLEMBIEWSKI, os 3898 artigos constituintes da Revista do Serviço Público no período 1937-1989 foram classificados segundo seu *locus* e *focus* (5).

O *focus* é a perspectiva teórica que coloca à disposição conceitos para selecionar e interpretar os fatos reais e as observações integrativas relevantes para as principais questões; o que individualiza as posições e dá meios para mapear o território. O *focus* é um

certo *o quê* sobre o campo (specialized what). Um *focus* usual na administração pública, cita o autor, tem sido o estudo de certos *princípios da administração*, mas novamente, o *focus* da disciplina vem sendo alterado com a mudança de seus paradigmas.

Foram identificados cinco enfoques básicos, ou seja, cinco grupos que valiam-se do mesmo instrumental teórico de análise: Ciência Política, Ciência Jurídica, Ciência Administrativa, Ciência Econômica, Epistemologia. Um último grupo, sem enfoque definido, foi intitulado Outros (ver Tabelas 1 e 2) (6).

O *locus*, por sua vez, define os fenômenos empíricos que constituem o objeto da análise, o que delimita o território que deve ser explorado. É o local institucional do campo (*institutional where*). O autor cita como exemplo de *locus* recorrente para a administração pública o estudo da burocracia governamental, embora ressalve que o *locus* da disciplina esteja ampliando-se em função da mudança de seus paradigmas, possivelmente no sentido de abranger todos os assuntos relacionados com o interesse coletivo.

Da classificação por *locus* originaram-se 39 itens, posteriormente agrupados para melhor compreensão. Surgiram assim,

quatro grupos: Estruturação Administrativa do Estado, Organização Econômica, Políticas Setoriais e Ensino e Pesquisa (ver Tabelas 5 e 6).

A Revista do Serviço Público

A RSP foi lançada em novembro de 1937 pelo CFSPC (Conselho Federal do Serviço Público Civil) precursor do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) que passou a editá-la a partir de sua criação, em 1938. No último período (1981-1989) a FUNCEP (Fundação Centro de Formação do Servidor Público) foi o órgão responsável pela sua publicação.

Sua linha editorial assume diversas mudanças ao longo do tempo, o que implica em constantes alterações nas seções internas, em aumento ou redução do número de textos publicados e em mudanças no perfil de seus colaboradores.

Na trajetória da Revista é possível observar duas tendências básicas que, apesar de conflitantes, buscam complementar-se: a de ser uma revista oficial, portanto incumbida de divulgar a filosofia do governo em exercício (e também eventos, programas, leis, projetos de leis, pareceres, acórdãos de tribunais etc.); e a de ser uma revista científica,

publicando artigos de caráter acadêmico, plural e crítico. Desde seu lançamento seus editores procuraram atender a essa dupla vocação da Revista, com oscilações ao longo do tempo, ora no sentido de tornar-se uma revista mais técnica e de divulgação interna; ora em sentido contrário.

Não obstante, o caráter acadêmico ganha espaço ao longo do tempo, diferenciando-se de sua fase inicial, mais pragmática.

Com o objetivo de facilitar a análise dos dados obtidos através da classificação realizada efetuou-se um corte histórico. Nesta periodização aliou-se o contexto institucional a critérios característicos da Revista, tais como público-alvo, linha editorial, locus e focus. Identificaram-se, assim, quatro períodos, que serão comentados a seguir (7).

O período de estruturação (1937-45)

Assentam-se, neste período, as bases do Estado Administrativo no Brasil, característica marcante da Revolução de 30 (NASCIMENTO, 1967). Vive-se o desafio de criar um Estado intervencionista - capacitado a induzir o crescimento econômico - estruturá-lo jurídica e operacionalmente, e administrá-lo.

Para cumprir esta tarefa busca-se a profissionalização do funcionalismo público implantando um sistema de ingresso competitivo e critérios de promoção por merecimento. Data de 1936 a aprovação do primeiro plano de classificação de cargos e introdução do sistema de mérito. Um órgão central de pessoal, material, orçamento, organização e métodos foi instituído em 1938, para dar execução à reforma - o DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público.

O DASP substituiu o CFSPC - Conselho Federal do Serviço Público Civil - criado pela Lei 284 de 1936, que era um órgão colegiado, disciplinador da administração de pessoal. Estruturou-se regionalmente, através dos departamentos estaduais, o que lhe garantiu ascendência sobre os interventores - figura que substituiu os governadores - e prefeitos. Como consta num editorial da Revista de 1938, o "primado político do executivo" seria exercido através "da instituição, junto à presidência da República, de um departamento mediante o qual o primeiro magistrado da Nação possa exercer, efetivamente, e em toda a sua plenitude, o comando do conjunto de órgãos que *constitui* o serviço público da União".

A preocupação com a organização administrativa era domi-

nante, chegando-se a afirmar, no mesmo editorial, que "se governar é administrar - ... - é evidente que o sucesso de qualquer programa governamental se acha largamente condicionado à eficácia da ação administrativa". Esta crença foi o que fez com que o programa de reforma de Vargas fosse baseado nas teorias administrativas predominantes na época nos Estados Unidos - notadamente os princípios de administração de Willoughby e Fayol e a doutrina da administração científica, de Taylor - com vista a garantir sua eficiência.

Como salienta Warlich (1984), " ... o estilo da reforma foi ao mesmo tempo prescritivo (no que se harmonizava com a teoria administrativa corrente) e coercitivo (no que se harmonizava com o caráter político do regime Vargas)".

Neste cenário, a RSP, em sua primeira fase, destina-se ao funcionalismo, empenhada que estava em constituir um corpo de funcionários que dominassem "as modernas técnicas de administração" e que fossem capazes de mudar o Estado através delas.

O enfoque administrativo é predominante no período, com 54,7% da produção total da Revista. A Ciência Administrativa começa a surgir, enquanto campo de conhecimento no Brasil, ainda bastante mesclada com o enfoque

jurídico, que produziu 17,9% dos artigos do período. O campo em formação abriga desde advogados escrevendo com enfoque administrativo até artigos com enfoque jurídico discutindo princípios de administração (8).

Um novo paradigma delinea-se, neste período, passando, gradativamente, de uma abordagem jurídica para um enfoque baseado na emergente Ciência da Administração. Como destaca WARLICH (1984): "Um dos mais importantes resultados desse período foi despertar o interesse pelo estudo das Ciências Administrativas, até então consideradas no Brasil como setor de conhecimento contido no Direito Administrativo".

A presença marcante de artigos com caráter descritivo, sem enfoque definido, classificados como Outros, também indica um delineamento ainda precário da Ciência Administrativa. Eles representam 18,6% da produção do período (ver Tabela 3), o que demonstra a necessidade da Revista ser um fornecedor de subsídios, dados e informações que contribuíssem com a atividade formativa que se iniciava e retornassem, eventualmente, em forma de artigos e comentários mais elaborados.

Com relação ao locus, o grupo Estruturação do Estado produz 77,2% da produção total do

período (ver Tabela 7), coerente com a ideologia em voga. Internamente ao grupo, é grande o peso de Recursos Humanos (29,3% da produção do período), possivelmente reflexo da atividade pioneira do DASP no treinamento do funcionalismo. Organização Administrativa também é relevante (23,6%), dada a preocupação com a estruturação do Estado. A função orçamentária também se destaca (7,9%), já que era entendida, no período, como elemento-chave na consecução de um melhor desempenho das operações governamentais.

Ainda é preciso destacar a presença marcante do locus Saúde e Previdência, que produz 45,8% de sua produção total na Revista, neste período (ver Tabela 6). Cabe lembrar que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde Pública foram criados nesta época.

O período de consolidação (1946-64)

Vive-se, a nível mundial, o período áureo do planejamento, que tem sua expressão máxima nas políticas de tipo keynesiano e na ideologia desenvolvimentista. A nível de Brasil, o período é marcado por uma reestruturação institucional, com o fim do Estado-Novo. Este cenário expres-

sa-se, pelo menos, de duas maneiras distintas: uma, nos projetos de cooperação internacional - a chamada Administração para o Desenvolvimento - e, outra, no esboço das primeiras propostas de descentralização.

A idéia desenvolvimentista fundamentou-se, por um lado, no desejo dos países ricos criarem nos países pobres pré-condições para investimentos; e, de outro, nas evidentes necessidades dos novos Estados de transformarem suas burocracias de tipo colonial em instrumentos de mudança social (CAIDEN & CERVANTES, 1982).

Um dos acordos mais importantes, nesta área, foi o Programa de Ensino em Administração Pública e de Empresas (PBA-1), firmado em 1959, e que se destinava a "prover suficiente número de técnicos competentes às repartições públicas e privadas". No âmbito deste programa foram enviados professores e técnicos do DASP para a realização de cursos de mestrado e doutorado nos EUA, o que resultou na criação de cursos de administração a nível de graduação (UFRGS e UFBA) e no aperfeiçoamento dos vigentes (EBAP e EAESP, ambas da FGV). Estes convênios, somados aos anteriores, como o que deu origem à FGV (1943/44), tomaram a influência americana decisiva, direcionando, ideológica e

metodologicamente, o ensino de administração pública e as proposições de reforma administrativa no Brasil.

A idéia de descentralizar, por sua vez, ganha espaço nos estudos do DASP que propõem, pela primeira vez, uma descentralização gerencial em todos os níveis (WARLICH, 1984). Cabe mencionar que isto reflete uma mudança profunda, uma vez que o DASP havia sido criado com claros propósitos centralizadores - entendidos positivamente na época de sua criação.

A administração começa a adquirir contornos de campo de conhecimento: ocorre um aumento na produção de textos de caráter teórico-conceitual e uma presença marcante de traduções, importações destinadas a auxiliar sua estruturação. O país já dispõe de um corpo de técnicos e estudiosos capazes de gerar uma sofisticação na produção de conhecimento em administração.

A Revista, como conseqüência, volta-se, neste período, aos estudiosos e profissionais de administração. É emblemático deste processo um editorial de 1961, intitulado "Menos Volume, Mais Qualidade", onde a Revista propõe-se a "... ser verdadeiro instrumento de orientação para a classe de *professores, estudantes de administração e administradores profissionais que está*

emergindo no Brasil" (o grifo não consta no original). Esse mesmo editorial, comunica que: "Colaborações em nível de cartilha e de compêndio, meras compilações de compilações, repetições de assuntos já esgotados em livros, não representam interesse para um órgão desta índole e, por conseguinte, não serão aceitas."

Nesse momento, a Revista fecha suas portas à publicação de artigos de caráter mais pragmático produzidos pelo funcionalismo público e as abre para escritos da elite intelectual emergente na área de administração. Inspirada em revistas como a *Public Administration*, da Inglaterra, e a *Public Administration Review*, dos Estados Unidos, a Revista do Serviço Público coloca-se como um espaço catalisador do campo de conhecimento em administração (9).

O focus Ciência Administrativa experimenta, assim, um pequeno crescimento (3,8%), passando de detentor de 54,7% para 56,8% da produção do período (ver Tabelas 3 e 4). O enfoque delinca-se com maior clareza, ganhando também profundidade.

Outra mudança pode ser verificada nos artigos sem enfoque definido, classificados como Outros, que reduz em 13% (Tabela 4) sua participação, passando de detentor de 18,6%

da produção para 16,2% (Tabela 3). Esta mudança pode ser resultado, por um lado, da tentativa de tornar a Revista mais acadêmica - como influência da própria linha editorial - e, por outro, pela existência de condições objetivas para fazê-lo.

Em relação ao locus, o grupo Ensino e Pesquisa foi o que apresentou crescimento mais significativo no período (75,5%) (ver Tabela 8) passando de detentor de 9,7 para 17% da produção (ver Tabela 7). Este crescimento é representado especialmente pelo incremento de 168,8% no locus Análises Teórico-Conceituais, que passa de detentor de 3,9% para 10,6% da produção do período; e do locus administração: Ensino e Pesquisa que cresce 67,8%. Estes dados atestam a sofisticação da produção no sentido de constituir-se enquanto disciplina. Revelam, também, o peso que a estruturação das escolas de administração no país representou na produção do período.

O grupo Políticas Setoriais também cresce bastante (66,6%) passando de 8,1% para 13,5%. Internamente, apresentam um crescimento expressivo os loci Educação (310,8%), Meio Ambiente (362,9%), Políticas Sociais (145,95%), Planejamento Urbano (131,4%), Segurança (276,1%) e Transporte (247,2%). Estes dados refletem a emergência de um Estado que já tem

capacidade para intervir setorialmente. A administração pública começa a afastar-se da administração de empresas - de uma visão técnico-operacional interna, a reflexão desloca-se para a formulação de políticas públicas (ver Tabelas 7 e 8). É interessante notar, também, um fortalecimento dos governos locais, passando a existir na Revista, inclusive, uma seção de administração municipal.

O crescimento dos dois grupos anteriores reflete-se na relativa perda de importância da produção com locus em Estruturação do Estado, que passa de detentor de 77,2% para 63,8% da produção, representando uma queda de 17,4%. Internamente ao grupo, o locus Organização Administrativa perde força, passando de detentor de 23,6% da produção no período anterior para 14,4% (-38,7%). Quem ganha, internamente ao grupo, é o locus Organização Política (46,2%) e Planejamento Governamental (79,8%), dois loci que anteriormente eram pouco expressivos (ver Tabelas 7 e 8).

Também interessante é destacar um crescimento do locus Documentação, que passa de detentor de 0,9% para 2,9% dos artigos (+226%), chegando a haver, na Revista, uma seção com este título, o que expressa a existência de uma preocupação em organizar e

sistematizar a produção nascente (ver Tabelas 7 e 8).

O período de ruptura (1965-79)

Este período caracteriza-se por uma ruptura político-institucional à medida que os militares, tomando o poder à força, suprimem os direitos civis e instauram no Brasil a Doutrina de Segurança Nacional. Ocorre um crescimento da máquina governamental com vistas a aumentar sua capacidade de intervenção, de centralização e de controle (10).

O tema reforma administrativa volta a ser discutido agora impregnado pelo discurso militar - essencialmente político - e destinado a legitimar a nova ordem. O Decreto-Lei 200, de 1967, foi o estatuto básico da reforma administrativa deste período. Através deste decreto, realfirmou-se a importância do planejamento como princípio dominante, garantiu-se a expansão das empresas estatais e centralizou-se o controle na Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Deve-se mencionar o grande poder dado à esta última, uma vez que, além de atuar como agência central em relação ao sistema de planejamento contabilidade e auditoria como um todo, exercia o

controle central sobre todas as empresas estatais, fundações públicas e autarquias (anteriormente sob o controle setorial do respectivo ministério; agora sob controle setorial e central).

O DASP, neste período, divide a liderança da reforma com a SEMOR (Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa - unidade da SEPLAN) tendo sua atuação restrita à área de recursos humanos.

Na Revista do Serviço Público ocorre também uma ruptura - ela diferencia-se bastante dos dois períodos anteriores - devido ao caráter oficial que assume. Artigos de ministros, do executivo, judiciário e membros do alto escalão do governo são comuns. Além disto, este é um período atípico para a Revista, já que não possui linha editorial clara, seu público-alvo torna-se heterogêneo e ocorre, inclusive, um período de interrupção (11). Também há um controle mais rígido na postura expressa nos artigos e na própria linha da Revista. No ano de 1974, por exemplo, circula um volume onde as páginas do editorial estão em branco, apenas com a justificativa de que o mesmo fôra retirado devido à sua inadequação aos propósitos da Revista.

Quanto ao focus, Ciência Política continua crescendo, aumentando

53,4% neste período (passa de detentor de 1,8% para 2,8% dos artigos); ao passo que o enfoque Ciência Administrativa perde espaço, decrescendo 3,5%, mantendo-se, porém hegemônico (54,8% da produção). Saliente-se o movimento crescente de participação da Ciência Política como instrumental de análise desde o início da Revista (ver Tabelas 3 e 4).

O enfoque jurídico volta a crescer (36,4%), passando de responsável por 17,8% para 24,3% da produção, o que pode ser reflexo da nova necessidade de instrumentos legais de gestão do Estado interventor.

Em relação ao locus, o grupo Estruturação do Estado volta a crescer (21,1%) retomando seu patamar anterior (77,2% da produção). Apesar disto, sua composição interna se modifica: ganham espaço loci como Organização Política, Reforma Administrativa e Planejamento, estes dois últimos numa perspectiva próxima ao primeiro. Em sintonia com este movimento de maior preocupação com as questões políticas, o locus Organização Administrativa, perde (ver Tabelas 7 e 8).

O locus Estatais tem, neste período, sua maior produção na Revista, assim como foi, também, o de sua maior expansão na economia brasileira.

A produção do locus Planejamento Urbano é nula, neste período, dado o processo centralizador que ocasionou grandes perdas à autonomia e importância das administrações locais.

O locus Experiência Internacional também perde espaço, dado que as análises voltam-se para a realidade nacional. O país já possui reflexão acumulada e estudiosos em administração capazes de desenvolver um pensamento administrativo mais independente.

Todos os demais grupos de locus, Economia, Políticas Setoriais e Ensino e Pesquisa, perdem relevância em função do novo crescimento do grupo Estruturação Administrativa do Estado, ou seja, novamente o Estado volta-se para si próprio e para seu poder de intervenção.

Os anos de redemocratização (1980-89)

O país vive, neste período, uma crise fiscal e financeira reflexo da crise internacional e do esgotamento do modelo desenvolvimentista-exportador. A crise é também social, à medida que o crescimento econômico deixou para trás um rastro de pobreza e marginalização.

No plano político, o país caracteriza-se por uma transição para um sistema democrático, passando por períodos de grandes manifestações sindicais e sociais.

Um novo conceito de desenvolvimento começa a emergir, transformando-se, gradativamente, em matéria de ensino e pesquisa em administração pública (12). O cenário da produção teórica em administração pública é o de uma sociedade com crescente nível de contestação e organização, onde as pressões são exercidas mais clara e abertamente. Ocorre uma multiplicação e diversificação dos canais de comunicação entre o Estado e a sociedade no sentido de ampliação de seu controle sobre o setor público. Os pactos políticos passam a predominar sobre as decisões técnicas e, principalmente, existe uma crise de legitimidade das instituições públicas e de seu poder. Neste contexto, torna-se óbvia a reconceituação do que seja desenvolvimento (FISCHER, 1984). Este novo conceito traz consigo, entre outras características, o enfraquecimento da idéia do estado interventor, propondo-se, inclusive, um primeiro Programa de Desestatização (1981).

Administrativamente, destaca-se como iniciativa importante, no início do período, o Programa Nacional de Desburocratização

(Decreto 83740/julho/79), que visava, como algumas proposições anteriores, a simplificação e a racionalização das normas organizacionais, de modo a tornar os órgãos públicos mais ágeis e dinâmicos. Acrescentava, porém, uma dimensão inovadora: visava não tanto a eficiência interna do sistema quanto manifestava uma preocupação com o usuário - o cliente. Como destacou Warlich (1984) "nesse sentido, carregava um impulso social e político que não existiu no passado, além de reclamar, da burocracia, uma mudança de comportamento".

Em 1986, o DASP é extinto e suas funções absorvidas pela Secretaria da Administração Pública da Presidência da República (SEDAP). MARCELINO (1987), destaca o esvaziamento que o DASP vinha sofrendo nos últimos anos, tomando-se "efetivamente um grande cartório de movimentação de papéis", perdendo assim, a importância que teve nas décadas de 30 a 50. Não obstante, cabe ao DASP o mérito de haver introduzido a formação do servidor público em caráter de treinamento no Brasil e de ser o impulsionador da estruturação do campo de conhecimento em administração pública (13).

Cabe salientar, ainda, que já a partir de 1980, com a criação da Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP),

as atividades de aprimoramento da gerência do setor público passaram a ser por ela exercidas. A publicação da Revista do Serviço Público, a partir de 1981, também é assumida pela FUNCEP, retirando o DASP do exercício de duas de suas atividades tradicionais.

Entre as iniciativas deste período, deve-se mencionar, ainda, o Programa de Modernização Administrativa do Governo Sarney (1985-1989) voltado especialmente para o funcionalismo, destinado a criar uma burocracia profissional, estável, e com continuidade de ação. Neste sentido, foi criada, em 1986, como órgão da FUNCEP, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) destinada à formação, aperfeiçoamento e profissionalização do pessoal civil de nível superior (14).

A Revista, que não circulava desde 1974, é retomada neste período (1981). Como salienta o editorial do primeiro número após a interrupção "A Revista do Serviço Público ressurge (grifo no original) inspirada pela consciência da crescente necessidade de manter a função pública em contato regular com análises objetivas, em linguagem acessível, dos grandes temas *político-administrativos* (não grifado no original) de nossa época. Trata-se, numa palavra, de contribuir para que o funcio-

nalismo se beneficie de toda uma atividade intelectual, e notadamente universitária, voltada para a compreensão em profundidade da ação de governo e dos problemas por ela enfrentados".

A Revista, desta forma, volta-se para o público interno e, ainda que mantenha a publicação de artigos acadêmicos e de técnicos do governo federal - especialmente sobre reforma administrativa -, não se assemelha a uma revista científica, tornando-se uma revista de divulgação de atos governamentais e de informação ao funcionalismo público federal. Somente nas últimas edições, de 1989, a proposição de uma revista mais acadêmica é retomada.

Como conseqüência, a Revista, no período, apresenta características diversificadas, o que faz com que a produção sem enfoque definido (OUTROS) volte a aumentar (126,7%), passando de representante de 13,2% para 30% da produção (ver Tabelas 3 e 4). Este grupo tem, neste período, sua maior participação na Revista; o que pode indicar, como salientou METCALFE (1992), que a administração pública está ampliando seu locus, abrangendo todas as questões relativas ao interesse coletivo.

Em relação ao focus, o enfoque Ciência Administrativa experimenta uma redução em sua produção (32,2%), atingindo seu

menor patamar na história da Revista (37,2%). Não obstante, este enfoque é ainda o dominante. Os artigos com focus Ciência Política, por sua vez, experimentam um grande crescimento (188,9%), o que, aliás, tem sido constante durante a existência da Revista (ver Tabelas 3 e 4). Deve-se destacar, nesta evolução, não somente o aumento da importância do focus Ciência Política isoladamente, como também a sua influência sobre os artigos com focus Ciência Administrativa, que passa a apropriar-se de parte do instrumental de análise do primeiro.

Movimento semelhante é observado no locus. O grupo Estruturação do Estado reduz sua participação em 44,6%, passando de detentor de 77,2% para 42,8% da produção. Comparativamente aos grupos Economia e Políticas Setoriais, perde importância relativa (ver Tabelas 7 e 8).

Internamente ao grupo, grande importância assumem os loci Reforma Administrativa (que cresce 121,5%) e Organização Política (crescimento de 106,5%), passando a representar 75% da produção do grupo. O comportamento destes loci contrasta com a queda na produção com locus em Organização Administrativa, que decresce 70,8%. Como salienta o editorial antes citado, a preocupação agora é *político-administrativa*.

O grupo Economia experimenta um crescimento expressivo (607,8%) dada a conjuntura econômica de crise e a necessidade de reconceitualizar o modelo de desenvolvimento. Alguns locus destacam-se internamente, como é o caso de Comércio Exterior e Tecnologia, possivelmente delineando a abertura econômica, que ocorre logo a seguir (ver Tabelas 7 e 8).

A Revista volta-se também para a análise de Políticas Setoriais, que incrementa sua produção em 324,2% em relação ao período anterior. As questões tornam-se, efetivamente, menos relativas à estruturação do Estado, e, mais às razões de sua existência.

Conclusões

A Revista do Serviço Público pode ser caracterizada como uma publicação que recebeu, durante sua existência, duas influências básicas: uma endógena, do órgão do estado à qual estava vinculada; e outra exógena, relativa ao estado da arte da ciência administrativa. Estas duas influências, é claro, estavam ligadas a uma mais ampla, conjuntural, que as influenciava e direcionava.

Neste sentido, pode-se salientar alguns aspectos. Politicamente, ocorreu um movimento de democratização do país, com

altos e baixos. Este movimento foi acompanhado por outro, cíclico, de centralização-descentralização, embora não relacionado univocamente com o primeiro. O Estado brasileiro efetivamente evolui de uma abordagem técnico-burocrática para uma tentativa de implantação de políticas públicas, que desemboca, finalmente, na preocupação com o cliente-usuário, o cidadão.

A Revista acompanha gradualmente este movimento, dado que as mudanças sociais e governamentais não se manifestam mecânica e imediatamente na publicação. Cabe salientar a relativa autonomia e profissionalização dos quadros encarregados de editá-la, o que se revela nesta gradualidade. No obstante, a RSP, por seu próprio caráter de publicação governamental, foi sempre identificada com o que nele ocorria, especialmente o relativo aos processos de reforma administrativa. Ela foi, por assim dizer, um espelho onde estas proposições se refletiam, ora com caráter técnico-informativo, ora mais crítico.

O público a que a Revista destinava-se também foi fruto destas oscilações. A publicação iniciou com objetivos de divulgação interna; propondo-se a seguir um direcionamento mais científico; tornando-se depois relativamente heterogênea; e, por fim, retomando a postura

acadêmica. Esta trajetória reflete, além das oscilações internas ao governo, o movimento ascendente no sentido da criação de uma Ciência da Administração. Desta forma, a Revista apresenta, em sua evolução, uma crescente sofisticação de sua produção. Os artigos, antes monográficos e sem referências bibliográficas, revelam agora maior complexidade e profundidade.

Analisando-se os enfoques dos artigos, o focus Ciência Administrativa revela-se absolutamente hegemônico em todos os períodos. Percebe-se, claramente, a formação e o crescimento do campo de conhecimento em administração - originado dos primeiros estudos na área pública. Crescimento constante experimenta o focus Ciência Política em todo o período de existência da Revista; ampliando o instrumental teórico das análises organizacionais. As contribuições de cunho jurídico, por sua vez, são também bastante expressivas, especialmente nos primeiros períodos, onde boa parte de seus colaboradores possuíam formação jurídica.

Em relação ao locus, o grupo Estruturação Administrativa do Estado é também majoritário, em todos os períodos. Isto explica-se, uma vez que todos os esforços de estruturação e reestruturação do Estado - dilema sempre em transformação - estão nele contidos.

Destaque deve ser dado, neste grupo, ao locus Recursos Humanos, onde se refletem os investimentos feitos nesta área, tanto a nível de formação e treinamento - inicialmente realizados pelo DASP e posteriormente pelas Escolas de Administração - quanto de reflexo. Ainda na área de recursos humanos a implementação de planos de cargos e salários, de concursos para admissão, do sistema de promoção por mérito - pioneiramente introduzidos pelo DASP - refletem-se na produção da Revista. Cabe mencionar, ainda, a redução constante da produção com locus em Experiências Internacionais no decorrer dos períodos, o que demonstra que a referência externa tornava-se menos importante para a Revista. O grupo de loci Políticas Setoriais também apresenta um crescimento significativo: cresce em todos os períodos da Revista - com o exceção do Período de Ruptura (1965-79) -, significando que a produção em administração pública, efetivamente, voltava-se para fora do aparelho estatal. Outro grupo também cresce em todos os períodos: Ensino e Pesquisa, o que atesta claramente a evolução e o crescimento do campo de conhecimento em administração pública.

Concluindo, deve-se destacar o papel fundamental na gênese do pensamento administrativo brasileiro desempenhado pela Revista

do Serviço Público. No papel de precursora - note-se que ela é anterior ao próprio DASP - catalisou em torno de si, nos diversos períodos de sua longa existência - pessoas interessadas em pensar (e repensar) a administração pública brasileira. Idéias como a de uma reflexão sistemática e científica sobre a administração pública; de profissionalização e dignificação da função pública; de eqüidade e igualdade no acesso aos cargos públicos; de estruturas organizacionais adequadas; de preocupações com o usuário-cidadão; dentre outras; escorrem de suas páginas cheias de história. A tarefa porém, não foi concluída, e continua a desafiar aqueles que acreditam na administração pública.

Tabela 1
Distribuição dos foci por período em número de textos publicados

Focus	Período				
	37-45	46-64	65-79	80-89	Total
Ciência Política	16	38	9	20	83
Ciência Jurídica	218	375	79	45	717
Ciência Administrativa	666	1195	178	93	2132
Ciência Econômica	87	127	11	16	241
Epistemologia	5	30	5	1	41
Outros	226	340	43	75	684
Total	1218	2105	325	250	3898

Fonte: Revista do Serviço Público

Tabela 2
Distribuição dos foci por período em percentuais

Focus	Período				
	37-45	46-64	65-79	80-89	Total
Ciência Política	19.3	45.8	10.8	24.1	100.0
Ciência Jurídica	30.4	52.3	11.0	6.3	100.0
Ciência Administrativa	31.2	56.1	8.3	4.4	100.0
Ciência Econômica	36.1	52.7	4.6	6.6	100.0
Epistemologia	12.2	73.2	12.2	2.4	100.0
Outros	33.0	49.7	6.3	11.0	100.0
Total	31.2	54.0	8.3	6.4	3898

Fonte: Revista do Serviço Público

Tabela 3

Participação dos foci na produção dos períodos em percentuais

Focus	Período				
	37-45	46-64	65-79	80-89	Total
Ciência Política	1.3	1.8	2.8	8.0	2.1
Ciência Jurídica	17.9	17.8	24.3	18.0	18.4
Ciência Administrativa	54.7	56.8	54.8	37.2	54.7
Ciência Econômica	7.1	6.0	3.4	6.4	6.2
Epistemologia	0.4	1.4	1.5	0.4	1.1
Outros	18.6	16.2	13.2	30.0	17.5
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Revista do Serviço Público

Tabela 4

Evolução da participação dos foci na produção dos períodos em percentuais de variação

Focus	Período		
	46-64	65-79	80-89
Ciência Política	37.4	53.4	188.9
Ciência Jurídica	-0.5	36.4	-25.9
Ciência Administrativa	3.8	-3.5	-32.1
Ciência Econômica	-15.5	-43.9	89.1
Epistemologia	247.2	7.9	-74.0
Outros	-13.0	-18.1	126.7

Tabela 5
Distribuição dos Loci por período em número de textos

Locus	Período				Total
	37-45	46-64	65-79	80-89	
ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO	940	1342	251	107	2640
Organização Administrativa	287	304	40	9	640
Recursos Humanos	357	460	94	10	921
Finanças Públicas	96	158	17	7	278
Ref./Modernização Administrativa	72	90	27	46	235
Organização Política	38	96	17	27	178
Planejamento Governamental	28	87	17	6	138
Organizações	0	8	1	0	9
Sistema de Informação	6	5	18	0	29
Documentação	11	62	13	1	87
Estatais	5	3	4	0	12
Exper. Internacional	40	69	3	1	113
ECONOMIA	61	120	9	49	239
Organização Econômica	20	45	4	8	77
Turismo	1	2	0	0	3
Comércio Exterior	2	9	1	22	34
Empresas Privadas	1	0	0	0	1
Agropecuária	11	18	0	2	31
Política Industrial	10	5	0	0	15
Política Energética	0	13	0	1	14
Sistema Financeiro	7	16	3	3	29
Tecnologia / Política Tecnológica	9	12	1	13	35
POLÍTICAS SETORIAIS	99	285	19	62	465
Saúde/Previdência	54	59	3	2	118
Habitação	0	13	1	2	16
Educação	10	71	11	4	96
Meio Ambiente	1	8	0	29	38
Planejamento Urbano	11	44	0	9	64
Políticas Sociais	8	34	2	12	56
Política Cultural	5	1	1	0	7

Tabela 5 - cont.

Políticas Públicas	2	4	0	0	6
Segurança Pública	4	26	1	1	32
Transportes	4	24	0	3	31
Reforma Agrária	0	1	0	0	1
ENSINO E PESQUISA	118	358	46	32	554
Análise Teórico-Conceitual	48	223	33	15	319
Pesquisa	3	8	0	0	11
Dados Estatísticos	6	1	0	0	7
Legislação	51	96	7	12	166
Opinião Pública	0	1	1	0	2
Administração: Ensino/Pesquisa	10	29	5	5	49
TOTAL	1218	2105	325	250	3898

Fonte: Revista do Serviço Público

Tabela 6
Distribuição dos loci por período em percentuais

Locus	Período				
	37-45	46-64	65-79	80-89	Total
ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO	35.6	50.8	9.5	4.1	100.0
Organização Administrativa	44.8	47.5	6.3	1.4	100.0
Recursos Humanos	38.8	49.9	10.2	1.1	100.0
Finanças Públicas	34.5	56.8	6.1	2.5	100.0
Ref./Modernização Administrativa	30.6	38.3	11.5	19.6	100.0
Organização Política	21.3	53.9	9.6	15.2	100.0
Planejamento Governamental	20.3	63.0	12.3	4.3	100.0
Organizações	0.0	88.9	11.1	0.0	100.0
Sistema de Informação	20.7	17.2	62.1	0.0	100.0
Documentação	12.6	71.3	14.9	1.1	100.0
Estatais	41.7	25.0	33.3	0.0	100.0
Exper. Internacional	35.4	61.1	2.7	0.9	100.0
ECONOMIA	25.5	50.2	3.8	20.5	100.0
Organização Econômica	26.0	58.4	5.2	10.4	100.0
Turismo	33.3	66.7	0.0	0.0	100.0
Comércio Exterior	5.9	26.5	2.9	64.7	100.0
Empresas Privadas	100.0	0.0	0.0	0.0	100.0
Agropecuária	35.5	58.1	0.0	6.5	100.0
Política Industrial	66.7	33.3	0.0	0.0	100.0
Política Energética	0.0	92.9	0.0	7.1	100.0
Sistema Financeiro	24.1	55.2	10.3	10.3	100.0
Tecnologia / Política Tecnológica	25.7	34.3	2.9	37.1	100.0
POLÍTICAS SETORIAIS	21.3	61.3	4.1	13.3	100.0
Saúde/Previdência	45.8	50.0	2.5	1.7	100.0
Habitação	0.0	81.3	6.3	12.5	100.0
Educação	10.4	74.0	11.5	4.2	100.0
Meio Ambiente	2.6	21.1	0.0	76.3	100.0
Planejamento Urbano	17.2	68.8	0.0	14.1	100.0
Políticas Sociais	14.3	60.7	3.6	21.4	100.0
Política Cultural	71.4	14.3	14.3	0.0	100.0

Tabela 6 - cont.					
Políticas Públicas	33.3	66.7	0.0	0.0	100.0
Segurança Pública	12.5	81.3	3.1	3.1	100.0
Transportes	12.9	77.4	0.0	9.7	100.0
Reforma Agrária	0.0	100.0	0.0	0.0	100.0
ENSINO E PESQUISA	21.3	64.6	8.3	5.8	100.0
Análise Teórico-Conceitual	15.0	69.9	10.3	4.7	100.0
Pesquisa	27.3	72.7	0.0	0.0	100.0
Dados Estatísticos	85.7	14.3	0.0	0.0	100.0
Legislação	30.7	57.8	4.2	7.2	100.0
Opinião Pública	0.0	50.0	50.0	0.0	100.0
Administração: Ensino/Pesquisa	20.4	59.2	10.2	10.2	100.0
TOTAL	31.2	54.0	8.3	6.4	100.0

Fonte: Revista do Serviço Público

Tabela 7
Distribuição dos loci por período em percentuais

Locus	Período				
	37-45	46-64	65-79	80-89	Total
ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO	77.2	63.8	77.2	42.8	67.7
Organização Administrativa	23.6	14.4	12.3	3.6	16.4
Recursos Humanos	29.3	21.9	28.9	4.0	23.6
Finanças Públicas	7.9	7.5	5.2	2.8	7.1
Ref./Modernização Administrativa	5.9	4.3	8.3	18.4	6.0
Organização Política	3.1	4.6	5.2	10.8	4.6
Planejamento Governamental	2.3	4.1	5.2	2.4	3.5
Organizações	0.0	0.4	0.3	0.0	0.2
Sistema de Informação	0.5	0.2	5.5	0.0	0.7
Documentação	0.9	2.9	4.0	0.4	2.2
Estatais	0.4	0.1	1.2	0.0	0.3
Exper. Internacional	3.3	3.3	0.9	0.4	2.9
ECONOMIA	5.0	5.7	2.8	19.6	6.1
Organização Econômica	1.6	2.1	1.2	3.2	2.0
Turismo	0.1	0.1	0.0	0.0	0.1
Comércio Exterior	0.2	0.4	0.3	8.8	0.9
Empresas Privadas	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0
Agropecuária	0.9	0.9	0.0	0.8	0.8
Política Industrial	0.8	0.2	0.0	0.0	0.4
Política Energética	0.0	0.6	0.0	0.4	0.4
Sistema Financeiro	0.6	0.8	0.9	1.2	0.7
Tecnologia / Política Tecnológica	0.7	0.6	0.3	5.2	0.9
POLÍTICAS SETORIAIS*	8.1	13.5	5.8	24.8	11.9
Saúde/Previdência	4.4	2.8	0.9	0.8	3.0
Habitação	0.0	0.6	0.3	0.8	0.4
Educação	0.8	3.4	3.4	1.6	2.5
Meio Ambiente	0.1	0.4	0.0	11.6	1.0
Planejamento Urbano	0.9	2.1	0.0	3.6	1.6
Políticas Sociais	0.7	1.6	0.6	4.8	1.4
Política Cultural	0.4	0.0	0.3	0.0	0.2

Tabela 7 - cont.					
Políticas Públicas	0.2	0.2	0.0	0.0	0.2
Segurança Pública	0.3	1.2	0.3	0.4	0.8
Transportes	0.3	1.1	0.0	1.2	0.8
Reforma Agrária	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
ENSINO E PESQUISA	9.7	17.0	14.2	12.8	14.2
Análise Teórico-Conceitual	3.9	10.6	10.2	6.0	8.2
Pesquisa	0.2	0.4	0.0	0.0	0.3
Dados Estatísticos	0.5	0.0	0.0	0.0	0.2
Legislação	4.2	4.6	2.2	4.8	4.3
Opinião Pública	0.0	0.0	0.3	0.0	0.1
Administração: Ensino/Pesquisa	0.8	1.4	1.5	2.0	1.3
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Revista do Serviço Público

Tabela 8
Evolução da participação dos loci na produção dos períodos em
percentuais de variação

Locus	Período		
	46-64	65-79	80-89
ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO	-17.4	21.1	-44.6
Organização Administrativa	-38.7	-14.8	-70.8
Recursos Humanos	-25.4	32.4	-86.2
Finanças Públicas	-4.8	-30.3	-46.5
Ref./Modernização Administrativa	-27.7	94.3	121.5
Organização Política	46.2	14.7	106.5
Planejamento Governamental	79.8	26.6	-54.1
Organizações	0.0	-19.0	-100.0
Sistema de Informação	-51.8	2231.7	-100.0
Documentação	226.1	35.8	-90.0
Estatais	-65.3	763.6	-100.0
Exper. Internacional	-0.2	-71.8	-56.7
ECONOMIA	13.8	-51.4	607.8
Organização Econômica	30.2	-42.4	160.0
Turismo	15.7	-100.0	0.0
Comércio Exterior	160.4	-28.0	2760.0
Empresas Privadas	-100.0	0.0	0.0
Agropecuária	-5.3	-100.0	0.0
Política Industrial	-71.1	-100.0	0.0
Política Energética	0.0	-100.0	0.0
Sistema Financeiro	32.3	21.4	30.0
Tecnologia / Política Tecnológica	-22.9	-46.0	1590.0
POLÍTICAS SETORIAIS	66.6	-56.8	324.2
Saúde/Previdência	-36.8	-67.1	-13.3
Habitação	0.0	-50.2	160.0
Educação	310.8	0.3	-52.7
Meio Ambiente	362.9	-100.0	0.0
Planejamento Urbano	131.4	-100.0	0.0
Políticas Sociais	145.9	-61.9	680.0

Tabela 8 - cont.			
Política Cultural	-88.4	547.7	-100.0
Políticas Públicas	15.7	-100.0	0.0
Segurança Pública	276.1	-75.1	30.0
Transportes	247.2	-100.0	0.0
Reforma Agrária	0.0	-100.0	0.0
ENSINO E PESQUISA	75.5	-16.8	-9.6
Análise Teórico-Conceitual	168.8	-4.2	-40.9
Pesquisa	54.3	100.0	0.0
Dados Estatísticos	-90.4	-100.0	0.0
Legislação	8.9	-52.8	122.9
Opinião Pública	0.0	547.7	-100.0
Administração: Ensino/Pesquisa	67.8	11.7	30.0

Fonte: Revista do Serviço Público

Tabela 9
Cruzamento foci X loci (agrupados) em número de textos publicados

Locus	Focus						Total
	Ciência Política	Ciência Jurídica	Ciência Admin.	Ciência Econ.	Epistemologia	Outros	
Org. Econômica	1	36	77	72	2	51	239
Ensino e Pesquisa	14	295	164	6	29	46	554
Políticas Setoriais	6	29	189	19	4	218	465
Estrut. Adm. Estado	62	357	1702	144	6	369	2640
Total	83	717	2132	241	41	684	3898

Fonte: Revista do Serviço Público

Tabela 10
Cruzamento foci X loci (agrupados) em percentuais

Locus	Focus						Total
	Ciência Política	Ciência Jurídica	Ciência Admin.	Ciência Econ.	Epistemologia	Outros	
Org. Econômica	0.03	0.92	1.98	1.85	0.05	1.31	6.13
Ensino e Pesquisa	0.36	7.57	4.21	0.15	0.74	1.18	14.21
Políticas Setoriais	0.15	0.74	4.85	0.49	0.10	5.59	11.93
Estrut. Adm. Estado	1.59	9.16	43.66	3.69	0.15	9.47	67.73
Total	2.13	18.39	54.69	6.18	1.05	17.55	100.00

Fonte: Revista do Serviço Público

Gráfico 1 - Evolução dos foci por período
(em número de textos publicados)

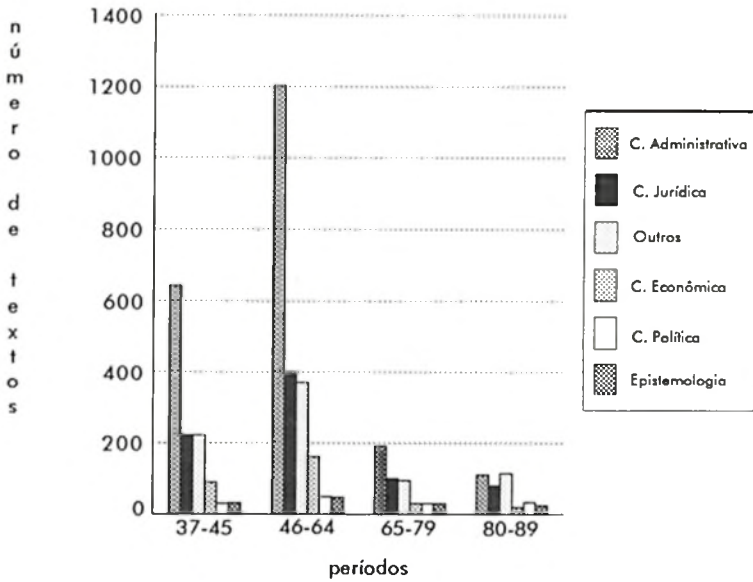


Gráfico 2 - Evolução dos foci por período
(em % da produção do período)

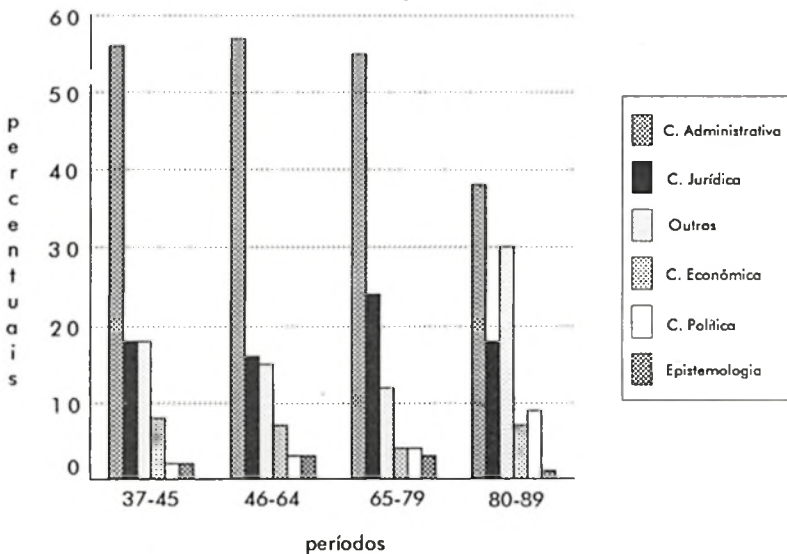


Gráfico 3 - Evolução dos loci por período
(em número de textos publicados)

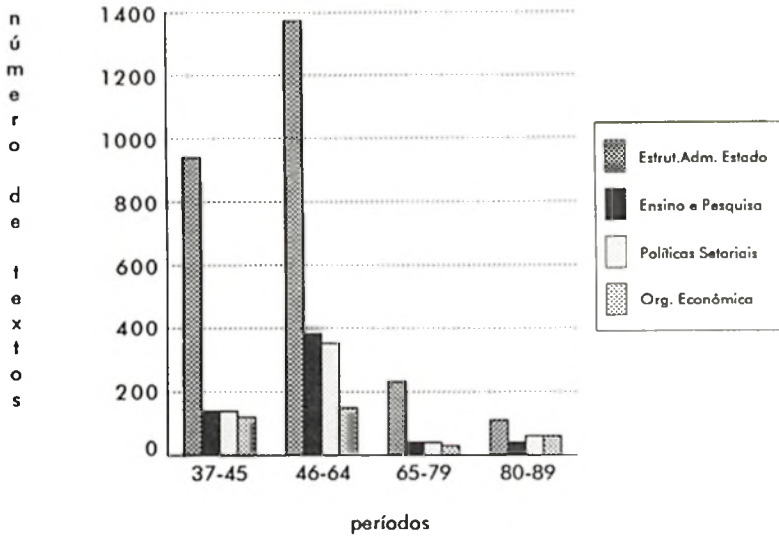


Gráfico 4 - Evolução dos loci por período
(em % da produção do período)

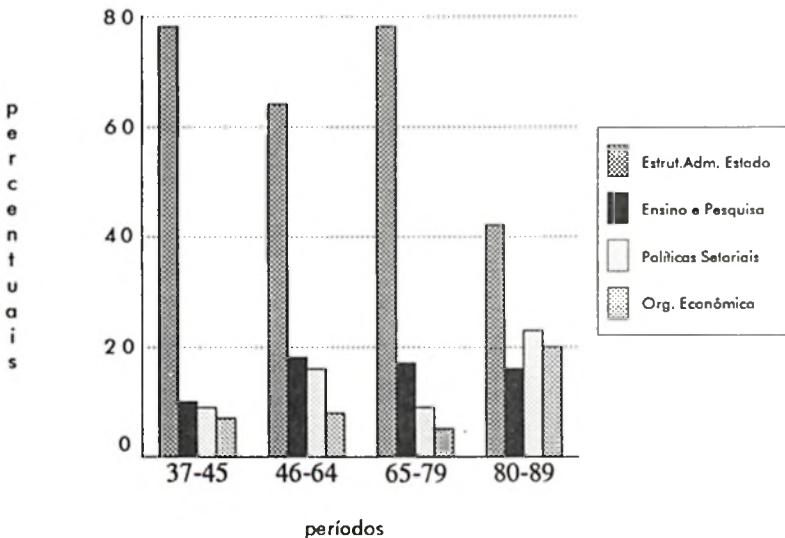


Gráfico 5 - Partição dos foci
(em % da produção total)

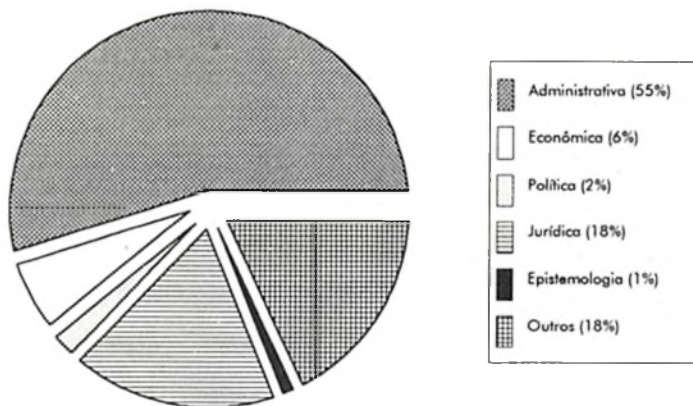
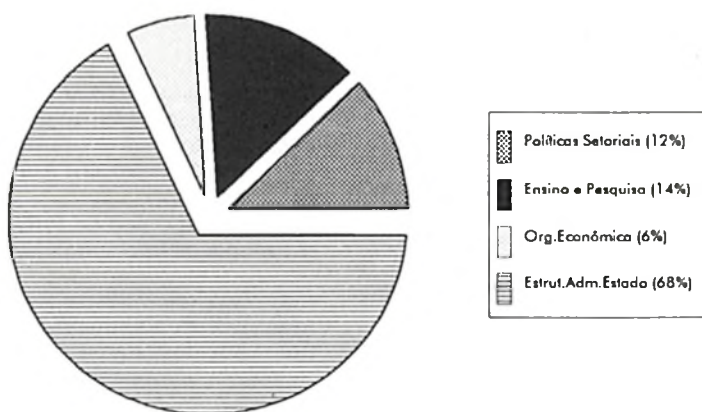


Gráfico 6 - Partição dos loci
(em % da produção total)



Notas

(1) Projeto de Pesquisa desenvolvido junto ao Centro de Estudos de Administração Pública e Governo (CEAPG/EAESP/FGV) intitulado "A Evolução Histórica do Campo de Administração Pública no Brasil (1889-1992)".

(2) Ver "A RAP e a Evolução do Campo de Administração Pública no Brasil (1965-1992)", Anais do 17º ENANPAD, Salvador, 27 a 29 de setembro de 1993, p. 51-65.

(3) A produção em administração pública constante nos Anais da ANPAD, Revista de Administração de Empresas (RAE) e Revista de Administração (RAUSP) serão os próximos objetos a serem analisados.

(4) Com o objetivo de analisar-se em maior profundidade o grande volume de dados obtidos prevê-se a elaboração de um segundo trabalho dedicado à análise da "história da história" da RSP, através de seus editoriais; e de um terceiro, procurando tirar conclusões no sentido da proposição mais geral da pesquisa; efetuando, inclusive, comparações com o trabalho desenvolvido a partir da RAP.

(5) Não foram classificados, por não termos tido acesso às publicações, os exemplares de out/nov/dez de 1940, vol. IV, nº 1,2 e 3 e o número 3, do volume 109, no período entre abr/jun de 1974 e out/dez de 1981.

(6) O item "Outros" constitui-se de Diagnósticos, Propostas e Relatos de Experiências, além de reportagens, impressões e defesas de opinião.

(7) Em trabalho onde analisa os processos de reforma administrativa no Brasil, no período 1930-1982, Beatriz Warlich realiza recorte semelhante. Ver: WARLICH, B. "A Reforma Administrativa no Brasil: Experiência Anterior, Situação Atual e Perspectivas", RAP, RJ, 18(1): 49-59, jan/mar 1984.

(8) A RSP mantinha um espaço reservado para pareceres, acórdãos e decretos-leis, os quais não foram classificados. Pequenas notas e editais de concursos públicos receberam o mesmo tratamento.

(9) Apesar desta proposição, a Revista continua publicando pareceres, acórdãos (numa seção chamada Jurisprudência Administrativa), algumas notícias e pequenos registros; ou seja, mantém seu caráter oficial.

(10) Apesar de ter havido uma expansão da administração indireta, neste período, foram reforçados os sistemas de controle destas, especialmente a partir da Secretaria do Planejamento, que tinha unidades em cada ministério e em cada unidade da administração descentralizada, isto é, empresas estatais, fundações e autarquias.

(11) A Revista circulou por 37 anos (até 1974) sem interrupções ficando, então, 7 anos sem ser publicada. Em 1981 sua publicação é retomada, com uma periodicidade bastante irregular, até o ano de 1989, quando é novamente interrompida.

(12) Para uma discussão sobre a formação do administrador público inter-relacionada com a evolução do campo de administração pública ver KEINERT, T. M. Mezzomo & LAPORTA, C. "Mudança de Paradigmas, Ensino e Pesquisa em Administração Pública", Anais da CLADEA's XXVIII

ASSEMBLY, Miami, 7-10 de Novembro de 1993, p.179-194.

(13) Uma avaliação do período pós-DASP, especialmente a partir da Nova Constituição, pode ser encontrada em PIMENTA, C. C. "O Papel da Secretaria da Administração Federal no Processo de Modernização da 'Função-administração' - Brasil, 1988-1992", dissertação de mestrado, FASESP/FGV, São Paulo, 1993.

(14) Posteriormente, em 1990, a FUNCEP foi transformada na atual Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), esta, portanto, substituiu a primeira.

Bibliografia

CAIDEN, G. e CARAVANTES, G. Reconsideração do conceito de Desenvolvimento. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 4-16, 1982.

FISCHER, T. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 278-288, 1984.

GOLEMBIEWSKI, Robert T. *Public administration as a developing discipline*, New York; Decker, 1977.

HENRY, Nicholas. Paradigms of public administration", *Public Administration Review*, Washington, n. 35, p. 378-386, jul/ago, 1975.

KLIKSBERG, B. A gerência nadécada de 90. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 59-85, 1988.

_____. *Como transformar o Estado - para além de mitos e dogmas*", Brasília: ENAP, 1992, 87 p.

- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- METCALFE, Les. La lógica del management publico", *Aztenda Púbblica*, n. 2, p. 375-420, dez, 1989.
- MARCELINO, G. F. *Evolução do Estado e reforma administrativa*, Brasília: ALAP/SE-DAP, 1987.
- METCALFE, Les. *Public management: from, imitation to innovation*, Bruxelas, International Institute of Administrative Sciences, 1992.
- MEZZOMO KEINERT, Tania. *Descentralização e democratização: o processo de reforma administrativa da municipalidade de São Paulo*. Bogotá, 1992. (XXVII Assembleia Anual de Cladea.
- _____ e LAPORTA, Claudio. A RAP e a evolução do campo de administração pública no Brasil (1967-1992). *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 5-17, 1994.
- NASCIMENTO, Kleber. Reflexões sobre estratégia de reforma administrativa: a experiência federal brasileira", *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.1, p. 11-50, 1978.
- WARHLICH, Beatriz. Evolucion de las ciencias administrativas en America Latina", *Revista Internacional de Ciencias Administrativas*. n. 12, p. 70-92, 1978.
- _____ A reforma administrativa no Brasil: experiência anterior, situação atual e perspectivas, *Revista e Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 49-59.
-

Resumen

RSP EN EL PENSAMIENTO ADMINISTRATIVO BRASILEÑO

La línea editorial de la RSP asume diversas transformaciones a lo largo del tiempo. Sin embargo, en su trayectoria, se observan dos tendencias: ser una revista oficial, por un lado, y también ser científica, por otro. En la función de precursora (ella es anterior al propio DASP), la RSP ha atraído una serie de personalidades interesadas en pensar (y repensar) la administración pública brasileña, hasta mismo en el periodo de ruptura (65 a 79). En este periodo, el tema de la reforma administrativo volvió a ser discutido, y destinado a legitimar la nueva orden.

AbstractTHE RSP ADMINISTRATIVE
THINKING

RSP's editorial line has suffered many changes since it was created in 1937. However, during all this long period of time, the RSP intended to be both an official and a scientific periodical. Preceding DASP itself, the RSP has clustered around itself a group of people engaged in thinking and rethinking Brazilian Public Administration.

These activities have not been discontinued during the 1965-1979 period, although the discussion of the administrative reform developed under a military point of view such as to provide a basis of legitimacy for the new regime.

Tania Margarete Mezzomo Keinert e José Carlos Vaz são pesquisadores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP/FGV.
